

INSTITUTO TELECOM

Ano 3 • N° 4 • Março/Abril/Maio 2012

A PRAÇA É DO POVO

Fotos: Luana Laux

Projeto de inclusão digital e social muda a vida
dos moradores do Complexo do Alemão



» Rede Macoronga coloca
as comunidades ribeirinhas
da Amazônia na internet

» A TV
Universitária
aos 40 anos

expediente

Diretoria do Instituto Telecom

Rosa Leal - presidente
Virginia Berriel - vice-presidente
Lucia Rodrigues - secretária
José Adolar dos Santos - tesoureiro
Vânia Miguez - vice-tesoureira

Conselho Fiscal

Edna Sacramento,
Marcello Miranda,
Valdeci da Silva (efetivos),
Delma Rodrigues, Edson Barreto,
Sérgio Gomes (suplentes)

Conselho Consultivo

Almir Muñoz
Antonio Cruz
Gilberto Palmares
Luís Antonio Silva
Marcio Patusco

Endereço

Rua Moraes e Silva, 94 - Maracanã
CEP 20271-030 - Rio de Janeiro - RJ

Telefone

21) 2264-8891

Website

www.institutotelecom.com.br

E-mail

institutotelecom@institutotelecom.com.br

Revista do Instituto Telecom

Edição nº 4 - Março/Abril/Maio 2012

Edição

Rosa Leal

Reportagem

Luana Laux

Projeto Gráfico e Ilustração

Sérgio Bastos

editorial

Para combater a desigualdade digital

Pesquisa realizada pela Fecomercio-RJ/Ipsos mostra que o número de brasileiros hoje conectados à internet é superior a 80 milhões de pessoas, se levarmos em conta os usuários maiores de 12 anos. Ainda de acordo com a pesquisa, o acesso à internet, de 2007 a 2011, cresceu de 27% para 48% da população. Seriam números a ser comemorados se não escondessem o fato de que a maioria dos internautas está concentrada nas Regiões Sul e Sudeste e, ainda assim, nas classes mais abastadas.

Na realidade, embora as políticas públicas de inclusão social promovidas nos últimos dez anos tenham levado mais de 60 milhões de brasileiros a saírem da classe E para a D, e da D para a C, ainda é gigantesca a desigualdade no mundo digital. Entre os 10% mais pobres, apenas 0,6% têm acesso à internet e nas Regiões Norte e Nordeste os internautas correspondem a 12% do total de usuários conectados no Brasil, enquanto no Sul e Sudeste chegam a 26%.

Por isso, duas iniciativas - uma do poder público e outra da sociedade organizada - merecem aplausos. A Praça do Conhecimento, um centro de inclusão digital e de atividades culturais implantado na comunidade Nova Brasília, no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro; e a Rede Mocaronga, iniciativa do Projeto Saúde & Alegria, que inclui na Rede jovens de comunidades ribeirinhas amazônicas, são temas desta edição. Que trata ainda da necessidade urgente de o governo apresentar a proposta do Marco Regulatório das Comunicações, instrumento fundamental para tornar realidade o acesso universal à informação, o exercício da pluralidade e a diversidade cultural.

O Instituto Telecom também tem defendido uma política industrial integrada para as telecomunicações, pois sem uma indústria forte de telecomunicações o país não poderá desempenhar um papel realmente protagonista na economia mundial. E para entender como essa política vai se dar no âmbito do Programa Brasil Maior, foi ouvir o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

Boa leitura!

Rosa Leal, jornalista, presidente do Instituto Telecom

reportagem



A praça é nossa!

Projeto Praça do Conhecimento prova que lugar de tecnologia, banda larga e cultura é na periferia!

Inaugurada em dezembro do ano passado, em pouco tempo a Praça do Conhecimento, no Complexo de favelas do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, já é exemplo de inclusão social e digital para o país. Só no primeiro mês de funcionamento, a área de livre acesso à internet recebeu 1592 visitantes e, num único dia, bateu recorde - cerca de 250 pessoas. E isto antes mesmo do início dos cursos que passaram a ser oferecidos no final de fevereiro.

Criada para fomentar o acesso à educação, tecnologia, cultura e banda larga aos moradores da comunidade de Nova Brasília, uma das maiores do Complexo do Alemão, a Praça faz parte do programa Morar Carioca, da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro. Para que o projeto fosse viabilizado houve toda uma reestruturação urbana. Duzentas e vinte

famílias, cujas casas ficavam na área de seis mil metros quadrados hoje ocupada pela Praça, foram removidas e indenizadas pela Prefeitura. Gerida pelo Cecip (Centro de Criação de Imagem Popular), a Praça oferece seis cursos nas áreas de multimídia - web design, design »



Fotos: Luana Laux



Sala de acesso à internet: 250 pessoas num só dia

gráfico, computação gráfica, produção de áudio digital, vídeo e fotografia – e de Tecnologia da Informação. Os primeiros com duração de quatro meses e meio e o de TI com duração de três meses, desenvolvido em parceria com a Cisco, via Networking Academy. A previsão deste último é formar 300 jovens já no primeiro semestre de 2012.

Os cursos estão abertos para os moradores do Complexo e das comunidades vizinhas e o processo

seletivo é feito por sorteio. Para se ter ideia do sucesso da iniciativa, só na primeira chamada 600 pessoas se inscreveram para as 240 vagas oferecidas. Embora o público alvo sejam alunos a partir do último ano do Ensino Fundamental, o perfil acabou sendo estendido para pessoas entre 40 e 60 anos, que pediram para ser integradas ao projeto.

A Praça conta também com um anfiteatro destinado tanto a atividades culturais, como exposições e

teatro, quanto à realização de eventos, reuniões e outras demandas da própria comunidade.

Um ano após a pacificação do Morro do Alemão, esta parece ser, de fato, a primeira ação mais consistente e efetiva na melhoria de vida da comunidade local.

Aos poucos, a Praça do Conhecimento vai se tornando modelo de cidadania para um país que até hoje não universalizou serviços essenciais para a qualidade de vida da população, como saneamento básico e acesso à internet em banda larga.

Novas praças

De acordo com o secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar, o investimento na Praça foi de R\$ 5 milhões e o custo mensal de manutenção é de R\$ 400 mil. A intenção da Secretaria é estender o projeto para outras seis comunidades: Colônia Juliano Moreira, Pedreira, Complexo do Turano – todas com previsão de entrega para início de 2013–, Complexo da Penha, da Mangueira e o Bairro Carioca. Este último está sendo erguido num terreno que pertencia à Light, empresa de energia elétrica da cidade do Rio, bem ao lado da estação de trem de Triagem. No novo bairro estão sendo construídas mais de duas mil habitações que vão receber cerca de nove mil moradores. Para estas últimas co- »



Aposta na economia local

Um dos diferenciais do projeto é pensar também no incentivo à economia local, dando oportunidade para que os alunos sejam absorvidos pelo mercado de trabalho. O coordenador da Praça do Conhecimento, Naylton de Agostinho Maia, (foto ao lado) ressaltava que a iniciativa de preparar os próprios moradores para ocuparem as vagas de trabalho disponíveis é pioneira na comunidade de Nova Brasília. “Uma das maiores queixas da população é que a maior parte deste tipo de projeto não absorvia a

mão de obra local”, diz ele.

Para Maia, a preocupação em criar uma ponte entre os futuros prestadores de serviço e o comércio da região é uma tendência mundial. “A economia local é uma economia forte hoje e o mundo está se dando conta disso, aumentando as possibilidades de acesso desses profissionais aos estabelecimentos locais. A Praça do Conhecimento parte daí. É comunhão, compartilhar, não diferenciar. E os moradores precisam se apropriar deste local, deste espaço”, incentiva o coordenador.



comunidades ainda não há previsão de data de entrega.

Para o secretário Jorge Bittar a urbanização de uma favela não é só uma questão estrutural, destacando a importância dessa parcela da população ser assistida por projetos sociais com alto nível de tecnologia e inovação. “As Praças são, na verdade, centros de cultura digital. Espaços de excelente qualidade abertos à visitação e à participação da comunidade. O projeto de urbanização de uma favela não é só físico. Ele é, antes de mais nada, um projeto que permite a emancipação das pessoas e das famílias”, afirma Bittar.

Só quem vive na comunidade sabe como ela é

Lucas Severo de Souza, 15 anos (foto), morador do Morro do Adeus e estudante do Ensino Fundamental no Colégio Pedro II, em São Cristóvão, mal começou a oficina de produção de vídeo e já sabe o que vai fazer com o conhecimento adquirido no curso. “Na escola tem um jornal, mas é impresso e está meio caído. Então eu pensei em usar a habilidade de vídeo e dar uma melhorada nele. Tem muita coisa que acontece no colégio e ninguém capta, tipo briga entre professores e alunos, discussões internas.” Ele já prevê o flagrante no dia-a-dia dentro e fora da comunidade: “a ideia é criar um telejornal na página do colégio. Porque a gente precisa do vídeo, para dar uns flagrantes”, fala empolgado.



Já para o morador Felipe Mello Fonseca, monitor de TI da Praça do Conhecimento e bacharel em Ciência da Computação, não dá mais para pensar em inclusão social sem inserir as comunidades nos meios digitais e no conhecimento da utilização das novas tecnologias. “A importância que isso tem aqui é a inclusão digital. Eu sei que as pessoas precisam dessa ferramenta para chegar a algum lugar. Não tem como você fazer nada hoje sem o uso da tecnologia, sem o uso da informação”, constata Felipe.

Provedores do Sul estão preparados para crescer

Marcelo Siena *

Nos últimos anos, três fatores têm nos deixado ainda mais confiantes no futuro dos provedores de internet: a estabilidade da economia, a confiança dos empresários do setor nas associações de classe, e o “descobrimento” do Governo Brasileiro sobre a importância da Banda Larga para a democratização da internet – e o consequente lançamento do PNBL.

Os números são favoráveis: o acesso à internet cresceu 59% em 2011; hoje são 18,2 milhões de acessos fixos e 59,3 milhões de acessos móveis. Há 1,4 novo acesso por segundo. O maior aumento está nas classes C, D e E. Também houve 30% de crescimento nos contratos de TVs por assinatura, com 2,9 milhões de novas contas.

Apesar deste cenário, ainda há demanda reprimida e espaço para os provedores atuarem. A demanda no setor é aceleradamente crescente em toda a cadeia de valores. O Brasil é um mar de oportunidades, carregado de desafios na mesma proporção.

Não podemos equacionar as novas demandas de forma isolada no contexto do ente regulador. O SeAC foi um interessante exemplo da convergência necessária entre Anatel e Ancine, em que pese, ainda não tenha alcançado a Aneel no âmbito do compartilhamento de infra-estruturas, o que reserva ao Minicom o papel estratégico no sentido de pacificar e normatizar a criação e compartilhamento de infra passiva, especialmente de torres e cabos ópticos, sob pena de impedirem o avanço contínuo impulsionado pela demanda.

Para que o aumento da oferta, esperado pelo governo e consumidores, ocorra, a Anatel precisa vencer desafios como os leilões de radiofrequência e revisão de vários regulamentos, a fim de alcançarmos uma assimetria regulatória, modernizando-se na transparência e objetividade de suas ações.

A internet tem alterado o modelo de muitos negócios, seja agregando serviços aos já existentes, como ocorre no mercado de TV por assinatura, ou viabilizando provedores de acesso dos mais diversos portes, posicionados especialmente nas camadas sociais mais baixas.

Temos que aproveitar uma oportunidade que o



cenário nos concede e que chamo de “convergência estratégica”. Existem vários atores no mercado, operadoras de telecomunicações, prefeituras, governos e entidades de classe, que podem ser nossos parceiros. É preciso aproveitar o melhor de cada um e parcerizar com aqueles que nos ofertarem o melhor custo-benefício.

Quem souber aproveitar este momento, vai crescer. Os provedores sabem disso e investem em redes de alta capacidade à medida que agregam serviços, como TV, pelo SeAC. Operadores de TV por Assinatura ampliam seu escopo com o acesso a internet, criando um universo de múltiplos operadores de diferentes portes espalhados por todo o Brasil, especialmente em regiões onde as operadoras não atuam.

Em 2011, o crescimento das TVs por assinatura foi de 30% em apenas 300 cidades. Nossa capacidade de

fazer clientes é maior e crescemos quase 60% com a banda larga. Trata-se de um grande negócio para os provedores que estão localizados onde as operadoras ainda não entraram.

A própria situação de ameaça da chegada da Telebrás, através das grandes operadoras, serviu para equalizar o mercado. Tivemos que nos profissionalizar. Apesar de ainda não utilizarmos a Telebrás e de não sermos obrigados a trabalhar com valores baixos, nós pequenos provedores, já fazemos isso: compramos no atacado, buscando parcerias com a indústria, e diminuimos custos e preços, principalmente em comunidades de baixa renda.

Nossa situação aqui no Sul é diferente de regiões economicamente mais frágeis. Em Maringá, por exemplo, temos a concorrência de todas as operadoras. Essa situação é boa, pois temos a oferta no atacado; e ruim, porque elas concorrem conosco no varejo.

Como frisamos, aqui temos a felicidade de contar com duas grandes associações que unem, defendem e trabalham pelos empresários, a Redetelesul (PR) e a Internetsul (RS).

Marcelo Siena é presidente da Redetelesul e do Conselho Consultivo da Anatel

Nunca estivemos tão cegos

Roseli Goffman *

Para Saramago, (Janela da Alma, 2001, documentário de Walter Carvalho), “estamos cegos à lei, à razão, à sensibilidade. Estamos atados na caverna de Platão, vendo sombras neste mundo audiovisual”. Mas não estamos cegos pela escuridão, muito pelo contrário, estamos blindados pela profusão de imagens e dos discursos que sombreiam a luz do dia e nos afastam do cotidiano.

Lembramos aqui o artigo de Helio Pellegrino para a Folha de São Paulo, em 11 de setembro de 1984, em que faz interagir o Complexo de Édipo e a passagem do princípio do prazer ao princípio de realidade, “em que se funda o pacto com a Lei da Cultura – ou Lei do pai – é a tarefa primordial da criança na primeira etapa do seu desenvolvimento psicossexual. O pacto com a Lei do pai prepara e torna possível o pacto social. A ruptura com o pacto social, em virtude de sociopatia grave – como é o caso brasileiro – pode implicar a ruptura, ao nível do inconsciente, com o pacto edípico. Não nos esqueçamos que o pai é o primeiro e fundamental representante junto à criança da Lei da Cultura. Se ocorre, por retroação, tal ruptura, fica destruído, no mundo interno, o significante paterno, o Nome-do-Pai e, em consequência, o lugar da Lei”.

Esclarecemos que no campo da Psicologia, o termo Pai, usado por Pellegrino, não se restringe à família, mas todo e qualquer lugar para esta função/significante, e que o pensamento da Diferença, e seus representantes, não recusam uma função simbólica e socializante: “não com o ovo de onde saiu, nem com os genitores que o ligam a ele, [...] mas com um espaço social e político a ser conquistado” (DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. Diálogos 1998, p. 94). Ambas abordagens expressam por que defendemos o marco regulatório das Comunicações, como pacto social necessário à entrada do Brasil no processo em andamento nos Estados Democráticos.

A decisão do Governo brasileiro de regular homeopaticamente vem sendo muito tímida em relação à demanda da sociedade, que provou na Conferência Nacional de Comunicação (Confecom, 2009) que tem mais de 600 propostas de tese avançadas sobre os destinos da Comunicação que merecemos.

Temos como exemplo mais recente destas forças



em confronto, a Lei nº 12.485, sobre o serviço das TVs por Assinatura (SeAC) sancionada em setembro de 2011, que vem sendo atacada pelas empresas do setor em seu objetivo primordial: garantir as cotas de conteúdo nacional e independente em pífias 3 horas e meia por semana até 2014, atingindo no máximo doze entre as dezenas de canais disponíveis. Apenas essa tímida regulação oxigenará a cadeia produtiva, promovendo o crescimento econômico e fomentando a diversidade e a regionalidade do setor. Aqui, antes dos institutos caça-fantasmas convocarem suas fantasias catastróficas sobre censura é preciso conferir que a insuspeita comunidade

européia garante 50% de cota obrigatória na veiculação de conteúdo nacional nas TVs por assinatura.

Alguns representantes de empresas do setor e certos “institutos” especialmente criados com o fim exclusivo de impedir estes avanços democráticos, que erguem mais uma vez a bandeira da censura para afirmar seus princípios, estão simplesmente regredidos ao supor que o capitalismo possa integralizar a sua ilusão de completude. Para fins particulares, tentam manter-se fora do princípio de realidade e da Lei da Cultura, buscando inutilmente impedir que este pacto social possa cumprir-se, em benefício de todos.

Entendemos que toda e qualquer forma de silenciar o debate da Comunicação no Brasil, impedindo a regulação dos artigos a ela dedicados pela Constituição Federal de 1988, está afinal confrontada por um marco regulatório, construído com ampla participação da sociedade brasileira, conforme o artigo ainda tão atual de Helio Pellegrino: “Só o amor e a liberdade, subordinando e transfigurando o temor, permitem uma verdadeira, positiva e produtiva relação com a Lei”. Produzir subjetividades diversificadas, autônomas e libertárias é compromisso de todas e todos com o Estado Democrático.

Recomendamos também, até mesmo para aqueles que ainda estão na caverna platônica, a ampla divulgação da Plataforma para um Novo Marco Regulatório das Comunicações, em www.comunicacaodemocratica.org.br

Roseli Goffman é Psicóloga, Conselheira do Conselho Federal de Psicologia, Secretária-Geral do FNDC



Rede Macoronga

Debaixo da floresta, tem gente

Enquanto o país ainda não consegue dar acesso à internet e universalizar o serviço, no estado do Pará surgem iniciativas da própria sociedade civil que dão exemplo de desenvolvimento e cidadania. É o caso dos Telecentros Culturais da Rede Macoronga de Comunicação Popular, uma iniciativa do Projeto Saúde & Alegria que atua em áreas rurais e regiões ribeirinhas dos municípios de Santarém, Belterra, Aveiro e Juruti, no Oeste do Pará.

O Projeto surgiu a partir da experiência do médico Eugenio Scannavino, contratado em 1983 pela Prefeitura de Santarém para dar assistência em saúde aos moradores de zonas de difícil acesso, onde as ações do SUS (Sistema Único de Saúde) eram insuficientes para atender as demandas básicas da população. Em 1995, os integrantes do Projeto decidiram ampliar sua atuação ao constatar que para combater o isolamento das populações ribeirinhas era preciso mais

que levar atendimento médico em um barco. Era preciso oferecer, também, educação, arte e, principalmente, construir uma rede de comunicação entre as comunidades.

Coordenador de educação e comunicação da Rede, Fábio Pena conta que o primeiro financiamento veio



Paulo Lima, coordenador de inclusão digital: banda larga deve ser vista como vetor de desenvolvimento na Amazônia

da Unicef. "Durante todo o trabalho com o barco, a gente percebeu que a questão da saúde era muito mais ampla do que só cuidar das doenças. É preciso um processo de desenvolvimento como um todo, desde melhorar a renda até o acesso à informação, educação e expressão". Paulo Lima, coordenador de inclusão digital, faz coro e acrescenta que a principal meta do Projeto Saúde e Alegria é justamente promover e apoiar processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável, através da comunicação em rede, que aprimorem as políticas públicas e a qualidade de vida da população da região.

Investimentos nos jovens

Organizada por meio de sucursais comunitárias, a Rede Macoronga capacita adolescentes e jovens em oficinas de educomunicação para a produção de programas de rádio, vídeos, jornais locais e conteúdos para

internet. A produção audiovisual é feita por celulares e smartphones que os jovens repórteres comunitários recebem graças a um financiamento da Fundação Telefônica. Uma atividade cultural que, como diz Paulo Lima, mostra que "debaixo da floresta da gente, tem gente". Atualmente o projeto atende 32 comunidades e uma média de 250 jovens.

E são exatamente esses jovens que passaram a atuar na disseminação de informações e campanhas educativas para a população local, e a difundir a cultura e os temas da região para o resto do país. Os agentes comunitários de saúde locais passaram a fazer uma utilização específica dos serviços prestados por essas redes de comunicação para o auxílio ao seu trabalho e para a gestão dos indicadores da saúde comunitários.

A Rede Macoronga abrange ainda a Rádio e a Tv Macoronga. A Rádio produz a programação que anima as rádios comunitárias locais, chamadas de rádios postes, e mantém um programa semanal na Rádio Rural de Santarém, difundindo campanhas educativas na área de saúde e as produções artísticas e culturais comunitárias. Já na TV Macoronga, os vídeos produzidos pelos núcleos de cineclube são exibidos nas próprias comunidades, em mostras e circuitos intercomunitários e em TVs parceiras. Cada sucursal também produz um jornal comunitário e a rede edita trimestralmente o jornal intercomunitário "O Macorongo", com a seleção das melhores matérias.

Todo este conteúdo sobre a cultura amazônica é divulgado pelos Telecentros Culturais da Rede para as próprias comunidades e para o restante do Brasil nos endereços eletrônicos: redemacoronga.org.br/ e www.saudeealegria.org.br/.

Os Telecentros Culturais possuem pólos avançados em 12 comunidades, com previsão de alcançarem 20 até meados de 2012. Funcionam em espaços físicos próprios ou inte-

grados às escolas com computadores movidos à energia solar, utilizando software livre e acesso à internet via satélite.

Sem luz, mas com internet

Essa apropriação popular dos instrumentos de comunicação vem provando que é possível, sim, reduzir isolamentos geopolíticos e sociais do país. É difícil acreditar, mas em muitos desses lugares nos quais a internet já é realidade, o programa "Luz Para Todos" nem chegou ainda, como na Reserva Extrativista Tapa-

telecentro foi graças a essa alternativa que se criou uma cultura de uso de computadores e internet nestas comunidades e nas do entorno.

Infelizmente, de acordo com os coordenadores da rede, embora todas as comunidades atendidas tenham meios de comunicação local em funcionamento como jornais e rádios, a situação dos Telecentros Culturais que dependem do programa Telecentros.BR ainda não é das melhores. Das 12 unidades em funcionamento, três ainda esperam conexão com o programa Gesac há três anos. E apesar do Termo de Cooperação assinado com o Ministério do Meio Ambiente, em março de 2010, que previa a implantação de 80 unidades nos municípios de Santarém, Belterra, Aveiro e Juruti até o ano passado, houve um atraso no cronograma e até agora ainda não houve uma resposta, ou novo posicionamento do governo.

Segundo Pena, no momento existe uma grande pressão das comunidades por estes telecentros, pois o programa vem respondendo a expectativas criadas em décadas de espera por inclusão digital na sociedade da informação das populações tradicionais em situação de isolamento na Amazônia.

Paulo Lima observa que, mesmo com a criação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), a Região Norte continua em segundo plano. "Para nós é um prejuízo enorme, pois são as oportunidades de economia criativa, pesquisa em ciência e tecnologia, pesquisa sobre a biodiversidade que devem ser o foco do desenvolvimento da região". Lima lembra que a floresta amazônica sofre grande pressão de empreendimentos (muitos deles ilegais) de exploração madeireira, expansão da pecuária e da agricultura de grãos. "A internet de banda larga, que inexistia em nossa região, deve ser entendida como vetor de desenvolvimento econômico em equilíbrio com a vocação de conservação da natureza dessa região do país", alerta Lima.



A indústria nacional e o Plano Brasil Maior

Instituído pela Medida Provisória nº 540/2011, em agosto de 2011, o Plano Brasil Maior (PBM) tem como base a desoneração da folha de pagamento para os setores calçadista, têxtil, de móveis, de software e de audiovisual. Funcionando como um projeto piloto até dezembro de 2012, o PBM inclui também o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). O regime prevê a desoneração de resíduos de tributos indiretos (Cide, IOF, PIS, Cofins, etc.) sobre os produtos industrializados brasileiros exportados.

Para entender quais são as metas e medidas efetivas do PBM e seu impacto sobre o desenvolvimento comercial e industrial do país, a Revista do Instituto Telecom entrevistou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Fernando Pimentel.

Instituto Telecom - Quais são as principais metas e medidas políticas e econômicas do programa para este governo?

Fernando Pimentel - As medidas do Brasil Maior estão organizadas em três grandes temas que buscam explorar oportunidades e garantir um ambiente de isonomia competitiva dos produtos nacionais nos mercados interno e externo. São

medidas de estímulo ao investimento e à inovação, de fortalecimento da competitividade do país na economia mundial e de fortalecimento da indústria nacional. Para incentivo

à inovação, algumas medidas já anunciadas são isenção do IPI para bens de capital, material de construção, caminhões e utilitários e fortalecimento financeiro da Finep. Na área de comércio exterior, o ressarcimento de créditos presentes e acumulados desde 2009 será feito de forma automática para as empresas que possuam escrituração fiscal digital e foi instituído o Reintegra, um novo e poderoso instrumento de desoneração das exportações, que estabelece a devolução de créditos de PIS/Cofins até 3% do valor exportado de manufaturados, e se constitui na mais efetiva medida de redução de custos das exportações.

Agregar valor e conteúdo local nas cadeias produtivas do país, tendo como eixo a inovação tecnológica

e organizacional é um dos principais objetivos do Brasil Maior para fortalecimento da indústria nacional. Para tanto, a criação de regimes especiais específicos às necessidades de cada setor é o instrumento mais adequado. Temos o exemplo da indústria automotiva, mas outros regimes setoriais poderão ser criados. Por determinação da presidenta estamos trabalhando na extensão e revisão de regimes já existentes. Neste conjunto de medidas para fortalecer o mercado interno, não posso deixar de citar uma das medidas mais ousadas do plano: a desoneração da folha de pagamentos para os setores intensivos em trabalho da nossa indústria

de manufaturas. O objetivo é reduzir os encargos trabalhistas, garantindo a expansão do emprego e as condições necessárias de competição para estas empresas. Estão são apenas algumas das medidas já anunciadas, mas outras serão definidas nos próximos meses.

Instituto Telecom - O Brasil tem em sua história problemas como processos de desindustrialização e perda de capital intelectual. Como o Plano Brasil Maior pretende combater este aspecto?

Pimentel - Alguns setores da indústria nacional passam por

dificuldades em consequência da concorrência desleal de importações, sobretudo asiáticas, ou do real valorizado dos últimos tempos, que tornaram o produto nacional mais caro na hora de exportar. Muitos deles, inclusive, foram atendidos pelo Plano Brasil Maior com medidas específicas para o aumento da competitividade. Demais segmentos fragilizados, neste momento, também poderão se beneficiar de outras medidas de desoneração tributária e, por exemplo, de linhas de financiamento do BNDES, algumas novas e outras já existentes, mas que foram ampliadas para atender um número maior de empresas. Mas apenas a inovação será capaz de dar o fôlego necessário à indústria nacional, aumentando as exportações e diminuindo o déficit verificado em alguns segmentos. A apuração de práticas ilegais de comércio exterior também é foco crescente do trabalho do MDIC, conforme estabelecido no Plano Brasil Maior.

Instituto Telecom - O PBM é uma ação conjunta dos

Ministérios do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia. Existe alguma ação no plano que seja direcionada ao setor de Pesquisa & Desenvolvimento do país?

Pimentel - O Brasil Maior é a nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do país. Foi lançado dia 2 de agosto de 2011 pela presidenta Dilma Rousseff e engloba ações de vários órgãos. Na parte de pesquisa e desenvolvimento, podemos destacar medidas como a concessão de crédito de R\$ 2 bilhões à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Mi-

nistério de Ciência e Tecnologia, para ampliação da carteira de inovação da instituição e o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), com orçamento de R\$ 75 bilhões, estendido até dezembro de 2012 e que incluirá novos programas para componentes e serviços técnicos especializados; equipamentos de Tecnologias da Informação Comunicação (TICs) produzidos no país; e ônibus híbridos, entre outros. O BNDES Revitaliza, também de financiamento ao investimento, terá R\$ 6,7 bilhões e incluirá um novo setor: o de autopeças. As taxas de juros para micro e pequenas empresas serão de 6,5% ao ano e para grandes empresas, de 8,7% ao ano.

Instituto Telecom - O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) assim como o Plano Brasil Maior (PBM) é uma das principais preocupações anunciadas pela presidente Dilma no início do seu governo. Como o PBM pode auxiliar a indústria de TI e a universalização do serviço de banda larga no Brasil?

Pimentel - Inovar para o aumento

da competitividade é o mote central do Brasil Maior e isso significa incentivar e gerar condições para investimentos que irão beneficiar a indústria de TI. Algumas dessas medidas eu já citei aqui, como a concessão de crédito de R\$ 2 bilhões à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, para ampliação da carteira de inovação da instituição. Mas também há a desoneração da folha de pagamento para o setor de software, que é parte da Medida Provisória que institui a política industrial. Em contrapartida, será cobrada uma contribuição sobre o faturamento com alíquota de 2,5%. Essa é mais uma medida que dará fôlego para o setor empresarial, contribuindo para o desenvolvimento dessa indústria.



O ministro Fernando Pimentel

TV Universitária: uma jovem senhora

Cláudio Márcio Magalhães *

A TV Universitária brasileira é uma jovem senhora de 40 anos. Mas com corpinho de 14.

Seu ar jovial é graças às suas próprias características de adolescente – ainda indefinida quanto a sua personalidade, mezzo rebelde/obediente e independente/dependente. Mas também porque, para boa parte das pessoas, ela nasceu em 1995, com a Lei do Cabo. Poucos sabem que a verdadeira data de nascimento é de quatro décadas atrás, com o surgimento da ainda muito ativa TV Universitária de Recife.

Seus 40 anos, inclusive, foi menos comemorado do que merecia. Uma parte, imagino, pelo recato natural da senhora que não a deixa falar muito de si. Outra porque também se esconde em uma timidez construída por um ambiente onde as primas ricas, as TVs comerciais, são o destaque hegemônico da família.

O problema é que falamos muito pouco de nós mesmos. Como retraídos nerds, ficamos recolhidos em nossos pequenos estúdios e ilhas de edição, produzindo, produzindo, produzindo, na vã esperança que o mundo olhará para nós com um ar de orgulho e compreensão. Vá lá, nem precisa ser o mundo. O(A) Reitor(a) já estaria de bom tamanho!

Bem, é dura a realidade, mas geralmente o(a) Reitor(a) – e boa parte da comunidade acadêmica – tem mais o que fazer. Neste momento, algum outro setor da IES está batendo à porta solicitando que o seu pedido passe para a parte de cima da pilha de prioridades. E a nossa solicitação da compra de uma nova câmera afunda um pouco mais.

Mas também não condenemos assim tão rápido os tímidos guerreiros das TVs Universitárias. Afinal, são os únicos que matam um dragão por dia, mas têm que frequentar as aulas nas noites.

A TV Universitária brasileira é contemporânea de um grupo crescente de jovens adultos. Mesmo com quatro décadas, ainda mora com os pais. Mas não é só culpa sua. É uma relação de co-dependência entre pais e filhos, entre reitorias e suas TVs. Como na patologia, um se apóia no outro nas suas fragilidades, e não em suas forças.

E é filha, muitas vezes, de pais complicados. Ou relapsos, sem dar a atenção devida às potencialidades de sua



cria; ou exigentes demais, cobrando da filha o que ela, ainda, não dá conta de fazer, por pura falta de apoio financeiro, estrutural (e emocional, porque não?) dos próprios pais.

Boa parte das reitorias considera suas TVs como mais um castelo feudal dentro da estrutura acadêmica. Algo a ser mantido ou rechaçado conforme a configuração política da reitoria ou do curso de comunicação social. Caso alguém defenda que isso é normal em todos os departamentos de uma universidade, comparo a TV com o departamento jurídico: pode-se mudar o reitor ou o diretor do curso de direito, mas ninguém irá questionar a necessidade da existência do

departamento. No máximo muda-se a coordenação, o que é natural e esperado, mas está fora de questão a sua eliminação do organograma. A experiência já nos mostrou que a TV Universitária não conta com esse privilégio.

Não tenho dúvidas para falar da qualidade da produção das televisões universitárias, um sopro de ânimo neste hegemônico mundo televisivo brasileiro comercial, excelente em qualidade técnica mas pobre no resto. Diversidade de conteúdos, fontes, formatos, lugares, produtores. Ideias, ideais, visões de mundo... Tudo que as instituições de ensino se propõem a oferecer em um mundo ideal. E que boa parte das equipes das TVs Universitárias pelo país afora se mata para fazer e veicular.

Um retrato que ainda nos surpreende: a TV Universitária brasileira cresceu 700% desde 1995! Nenhum outro segmento de televisão cresceu tanto. Aliás, desconfio que nenhum país tenha tantas televisões universitárias em seu território. E ainda com um enorme potencial pois, apesar destes números, apenas 6% das IES do país tem sua televisão.

A TV Universitária, assim como a universidade brasileira, é diversa e assim deve ser. Nos orgulhamos dessa diversidade pois é justamente contra a hegemonia que lutamos. Mas é, antes de tudo, uma luta diária para agradar os pais, para que eles fiquem devidamente entusiasmados e, finalmente, o Reitor libere a compra daquela câmera!

* Cláudio Márcio Magalhães é professor universitário, presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária.